

Quarta-Feira, 26 de Agosto de 2026

Operação Dissolução Forçada: PC bloqueia R\$ 12 milhões e fecha empresas usadas em esquema de lavagem de dinheiro

Polícia Civil deflagra operação contra facção criminosa com 48 mandados judiciais em quatro estados.

A Polícia Judiciária Civil de Mato Grosso deflagrou a **Operação Dissolução Forçada**, direcionada contra integrantes de organização criminosa sob investigação por tráfico de entorpecentes e movimentação ilícita de recursos. A ação executou 48 ordens judiciais distribuídas em quatro unidades da federação, visando interromper os fluxos financeiros do grupo.

A operação compreendeu 18 mandados de busca e apreensão, 24 bloqueios de contas bancárias e a paralisação de seis estabelecimentos comerciais. O montante bloqueado pela autoridade judiciária pode totalizar até R\$ 12 milhões em contas de pessoas físicas e jurídicas sob investigação.

Os mandados estão sendo cumpridos em Mato Grosso, Paraná, Goiás e São Paulo. No território mato-grossense, as ações ocorrem em Sinop, Cuiabá, Várzea Grande, Rondonópolis e Matupá, além de diligências em Loanda (PR), Goiânia (GO) e São Paulo (SP).

A Delegacia de Repressão ao Crime Organizado (Draco) de Sinop conduz as investigações e constatou que a organização movimentou superior a R\$ 12 milhões entre 2024 e 2025.

Estrutura de empresas para ocultação de recursos

Conforme informações da Polícia Civil, a quadrilha utilizava pessoas jurídicas para conferir aspecto lícito aos valores auferidos através de atividades criminosas.

As apurações identificaram estabelecimentos que, segundo os indícios coletados, funcionavam prioritariamente para ocultação de capitais originários de delitos. Além da imobilização dos recursos financeiros, o Judiciário mandou cessar as operações de seis estabelecimentos comerciais.

A estratégia concentra-se em enfraquecer a infraestrutura financeira da organização e impedir que valores de origem criminosa sejam reaplicados nas estruturas ilícitas.

Desarticulação da capacidade financeira do grupo

Os dados obtidos na investigação indicam que o grupo atua em tráfico de entorpecentes, ocultação de recursos e outras condutas delituosas. Para os agentes de segurança, afetar o patrimônio e os sistemas de circulação de valores é essencial para debilitar a organização.

As ações contra o patrimônio objetivam provocar a redução dos bens dos investigados, limitando a capacidade econômica da facção de dar continuidade às operações criminosas, fazer aquisições de ativos e reconstruir seus mecanismos.

Os objetos recolhidos ao longo da operação serão submetidos a exame. Registros documentais, dispositivos tecnológicos e demais evidências poderão facilitar o rastreamento de outras transferências financeiras e a identificação de novos envolvidos na rede ilícita.

A Draco de Sinop concentrará todos os trabalhos relacionados aos mandados e prosseguirá com o aprofundamento das apurações.

A designação Dissolução Forçada alude à tática de paralisar empresas suspeitas de participarem em esquemas de movimentação ilícita de valores, através da cessação imediata das suas operações.

A ação reafirma o posicionamento da Polícia Civil no enfrentamento de organizações criminosas, não apenas através de detenções, mas igualmente via imobilização de ativos e supressão de patrimônio que sustenta práticas delituosas.